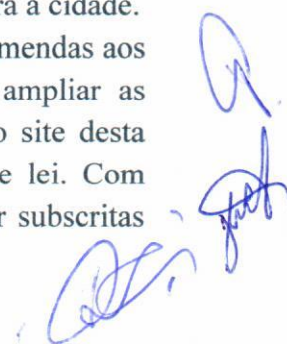





AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE LEI ORÇAMENTÁRIA 2018 E PLANO PLURIANUAL 2018-2021.

Aos vinte e cinco dias do mês de setembro, às dezessete horas e trinta minutos, no Salão Plenário da Câmara Municipal de Petrópolis, houve a Audiência Pública para as apresentações da Proposta da Lei Orçamentária Anual 2018 e do Plano Plurianual 2018-2021 desse mesmo Município. A Audiência Pública foi aberta pelo presidente da Câmara, o **Vereador Paulo Igor**, cumprimentando a todos os presentes e apontando a presença do **Vereador Wanderley Taboada**, presidente da Comissão de Orçamento e Finanças, do **Vereador Jamil Sabrá Neto** e do **Vereador Roni Medeiros**. Também registrou a presença do Secretário Coordenador de Planejamento e Gestão o senhor **Roberto Rizzo** e Coordenador de Gestão Orçamentária da Prefeitura o senhor **Bruno Afonso**. O **Vereador Paulo Igor** deu continuidade dizendo que no encontro de hoje os poderes Executivo e Legislativo se reúnem com a sociedade petropolitana, a fim de realizar a apresentação e a discussão de questões relativas ao projeto de lei GP nº 426 - CMP 6957/2017 - que trata da Lei Orçamentária Anual - LOA - para o exercício financeiro de 2018 e projeto de lei GP 427 - CMP 6958/2017 que dispõe sobre o Plano Plurianual do período relativo a 2018 – 2021. Assim, sob o comando da Comissão de Finanças e Orçamento e de acordo com o edital nº 31/2017 com duas inserções em jornal de grande circulação em nosso Município, abrindo, assim, oficialmente esta Audiência Pública. Continuou dizendo que a Lei Orçamentária Anual – LOA - é o mais importante instrumento de gerenciamento orçamentário e financeiro da administração pública, cuja principal finalidade é gerenciar o equilíbrio entre receitas e despesas públicas. Dentre as diversas funções que desempenha o orçamento do Município, destaca-se, nos termos do §8º, art. 165 da Constituição Federal que a LOA não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa. Dessa forma, a LOA disciplina todas as ações do governo municipal, não permitindo que a despesa pública seja executada fora do orçamento. Também será apresentado hoje o projeto de lei do Plano Plurianual, um planejamento de longo prazo, que deverá ser feito a cada quatro anos por todas as entidades da federação, Governo Federal, Estados e Municípios, a fim de estabelecer diretrizes, metas e objetivos. Por meio do Plano Plurianual se declara o conjunto das políticas públicas do Governo Municipal e os caminhos trilhados para viabilizar as metas previstas. O PPA começará a valer a partir do ano que vem e sua vigência vai até o final do primeiro ano do governo seguinte. Essa passagem de um governo para o outro visa promover a continuidade administrativa, de forma que proporcione ao próximo gestor avaliar e, se houver interesse, aproveitar partes do plano que será encerrado. Assim, o Plano Plurianual obrigará o governo a fazer um planejamento estratégico e seguir as diretrizes e metas estabelecidas, impedindo a descontinuidade de políticas e obras públicas de fundamental importância para a cidade. Esta comissão publicará um edital, estabelecendo um prazo para receber as emendas aos projetos de lei que serão apresentados. Além disso, com o intuito de ampliar as possibilidades de acesso ao processo de elaboração, disponibilizaremos no site desta casa legislativa (www.cmp.rj.gov.br), um link com os referidos projetos de lei. Com relação às emendas populares aos projetos ora discutidos, estas deverão ser subscritas



conforme estabelecido pelos artigos 29, inciso XIII, e 166, parágrafo 3º da Constituição da República Federativa do Brasil, e em conformidade com o artigo 107 da lei orgânica municipal e os artigos 121 e 126 do regimento interno desta casa legislativa. A realização dessa Audiência Pública estava sob o comando do presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, Vereador Wanderley Taboada, que conduziu dos trabalhos desta sessão. O Vereador Wanderley Taboada designou o Vereador Jamil Sabrá Neto para secretariar os trabalhos relativos a esta sessão. Iniciou considerando a importância desse trabalho e da apresentação dos planos orçamentários a serem expostos, afirmando a importância da fiscalização que o Poder Legislativo deve ter sobre eles. Informou a todos que esta audiência está sendo transmitida pela TV câmara, e registrada através de ata que, posteriormente, será publicada na página eletrônica do legislativo municipal. Avisou que conforme regulamenta a resolução 88/2016, após a exposição dos trabalhos, os participantes terão 15 minutos para formular perguntas, pedidos de esclarecimentos e fornecimento de informações. As questões formuladas serão lidas e respondidas oralmente ao público pela equipe técnica que terá dois minutos para responder. Poderá, ainda, ser permitida uma réplica oral de dois minutos, após a resposta, desde que, autorizada. Passou a palavra ao senhor Roberto Rizzo. Agradeceu a oportunidade de apresentar o PPA e desta forma encaminhar o plano de governo que fora apresentado já no período da candidatura de Bernardo Rossi ao pleito de prefeito à sociedade e composto por um grupo de mais de 150 contribuintes e representantes da sociedade civil desta cidade ao qual ele mesmo (Roberto Rizzo) pôde contribuir. Foi elaborado um plano de governo que a seu entender contribui para corresponder aos anseios da sociedade metropolitana. Afirmou que quando o novo governo assumiu o poder, diagnosticou as necessidades de investimento. Assim, adaptou o plano de governo toda uma metodologia para o cumprimento da administração pública e poder oferecer uma proposta de Plano Plurianual efetivo e realizar um cumprimento em cima das metas estipuladas. Disse que apresentará a estimativa de receita e a fixação da despesa para a execução do orçamento, conforme já havia apresentado por meio da Lei de Diretrizes Orçamentárias e publicada em agosto no Diário Oficial Municipal e a partir dela foram estipuladas as diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária. Essa Lei Orçamentária está no valor de R\$ 1.013.248.700 (um bilhão, treze milhões, duzentos e quarenta e oito mil e setecentos reais). Na composição desses valores há uma expectativa de receita dentro da promoção da arrecadação tributária prevista para o ano de 2018, onde o Município conseguiu, com muito êxito, ter um índice de participação para ICMS que atingiu um valor histórico para o Município. O maior valor desde 1998, em que chegamos ao percentual de 2,73%, que é um percentual da fatia destinada à participação municipal nos 25% distribuídos do ICMS para o ano. O percentual atingido no Município estima agregar o acréscimo de trinta milhões para o ano de 2018. O prefeito exigiu da administração fazendária todo o empenho para melhorar a situação fiscal tão combatida, em que a dívida municipal atual representa mais de um orçamento de recursos próprios e por isso compromete muito a aplicação dos recursos municipais. Em conclusão, a gestão apresentará as expectativas, sabendo do cenário nacional e regional, e o que isso implica na atividade econômica do Município, mas temos que ter a perseverança para mudar essa realidade e trazer uma expectativa melhor aos

petropolitanos. Passou a palavra para o senhor **Afonso Bruno** apresentou o Plano Plurianual, através de slides, afirmando que foi um trabalho minucioso e aprovado pelos vários setores sociais, melhorando a eficiência e eficácia orçamentária. Acrescentou que sem este Plano Plurianual bem elaborado o gestor fica limitado em suas ações. Por isso, instrumentaliza um conjunto de políticas públicas que influenciem na gestão fiscal do Município e na consecução dos objetivos sociais. Esclareceu que o Plano Plurianual é uma das três ferramentas legais previstas pela Constituição. Ao Plano Plurianual para o quadriênio 2018-2021 integrará a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária anual. O PPA será a peça base para o novo ciclo orçamentário que se inicia. Para cada questão social indicado pelas secretarias foi laborado um programa de combate para mitigar as causas. Disse que ao total foram elaborados trinta e cinco programas temáticos com quase duzentas ações orçamentárias para mitigar essas diversas necessidades identificadas pelas secretarias. A TRANSPARÊNCIA E COMUNICAÇÃO CIDADÃ terá como objetivo do gerar a divulgação dos atos e ações dos Agentes Políticos do Legislativo Municipal. O PATRIMÔNIO E ACERVO LEGISLATIVO objetivando a conservação, manutenção e ampliação adequada do patrimônio e acervo do legislativo municipal, atendendo a necessidade em mostrar à gestão administrativa e ao cidadão petropolitano o atender à sua finalidade. A AÇÃO LEGISLATIVA: PRODUÇÃO E GESTÃO para desenvolver as ações e funções necessárias à produção dos serviços inerentes à administração do poder legislativo. A PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL para aproximar a população da gestão pública oferecendo condições de melhor exercício do controle social. O programa PETRÓPOLIS IGUALITÁRIA – POLÍTICAS AFIRMATIVAS, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS para reverter à histórica situação de desigualdade e discriminação a que estão submetidos indivíduos de grupos específicos. O programa de DEFESA DO INTERESSE PÚBLICO para aprimorar a gestão processual. O programa FOMENTA PETRÓPOLIS para aprimorar o desenvolvimento econômico de nossa cidade, feito pela secretaria de desenvolvimento, promovendo parcerias. O programa PETRÓPOLIS, CIDADE INTELIGENTE, também pela secretaria de desenvolvimento, montado para que a qualidade de vida de Petrópolis seja melhorada. O programa FOMENTO À GERAÇÃO DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA (Secretaria de Desenvolvimento), para fortalecer o Sistema Público de Emprego, trabalho e renda. O programa de AGRONEGÓCIO SUSTENTÁVEL, com ações voltadas para a Educação e Cultura rural, agricultura eficiente e reforma do Horto Mercado. O programa de PROMOÇÃO QUALITATIVA DA ADMINISTRAÇÃO para realizar todos os custeios e atender às necessidades administrativas públicas para o desenvolvimento operacional das secretarias de Petrópolis; pela secretaria de Fazenda. O programa de GESTÃO FISCAL para melhorar a receita e melhoria na fiscalização sendo mais eficiente. O programa de GESTÃO FAZENDÁRIA (pela Fazenda) para a gestão de políticas fazendária e melhorias na infraestrutura para o contribuinte. O programa de MELHORIA DA GESTÃO PÚBLICA (Fazenda) para a modernização da administração tributária e da gestão dos setores sociais básicos. O programa CONSTRUINDO A EDUCAÇÃO para atender a todos os públicos nas suas diversas modalidades de ensino conforme o plano municipal de educação com metas a serem



alcançadas assim como alunos a serem mensurados; pelo Controle Interno. O programa de CONTROLE EFICIENTE para promover melhorias nas normatizações e análises de índices e indicadores de gestão do Município de Petrópolis, dando transparência dos atos e resultado à sua população. O fortalecimento do controle interno com normatização visando a melhoria da qualidade das atividades e do cumprimento de sua missão institucional. O programa de MELHORIA DA QUALIDADE DE SAÚDE DA POPULAÇÃO DE PETRÓPOLIS de acordo com o plano municipal de saúde garantindo a integridade da saúde de Petrópolis. O programa de APRIMORAMENTO DA GESTÃO, pela secretaria de saúde, para aprimorar os sistemas de gestão em saúde, qualificação dos gestores, gestão de infraestrutura em saúde, serviços públicos de saúde pública; O programa de INFRAESTRUTURA EM ESPAÇOS PÚBLICOS para drenagem, desassoreamento e limpeza de rios e córregos, obras de contenção de encostas, demolições de estruturas, projetos de engenharia e arquitetura, reforma e ampliação do patrimônio público. O programa de HABITAÇÃO PETRÓPOLIS para urbanização e reurbanização de assentamentos, revisão de planos em habitação e áreas de risco e produção e melhorias habitacionais; pela secretaria de Assistência Social. O programa ALIMENTA PETRÓPOLIS – SEGURANÇA ALIMENTAR para a segurança alimentar oferecendo uma alimentação digna, restaurante popular e serviços de cozinhas comunitárias. O programa de PROTEÇÃO E PREVENÇÃO SOCIAL – PROTEÇÃO ESPECIAL voltado a promover ações para reparar e minimizar danos ocasionados pela violação ou iminência de violação de direitos sociais através da oferta de serviços especializados com o objetivo de acolher, orientar e reinserir visando restabelecer os vínculos familiares e sociais possibilitando a melhoria das relações dos usuários vítimas ou ameaçados de violação de direitos, possuindo ações voltadas para adolescentes e jovens, acolhimento de idosos, serviços de intérprete de libras e outros. A PROTEÇÃO E PREVENÇÃO SOCIAL – PROTEÇÃO BÁSICA com a promoção à cidadania, qualificação em assistência social, gestão sócio assistencial e atenção a moradores em situação de risco. O programa da CIDADE LIMPA, CIDADE FELIZ, serviços de saneamento e limpeza em espaços urbanos e logradouros públicos, urbanização, cuidados e valorização de espaços urbanos e gestão dos cemitérios Municipais. O programa de CIDADE SEGURA, CIDADE DE TODOS para o patrimônio de segurança civil, projetos sociais inclusivos para segurança pública e qualificação de segurança e promoção à vida. O programa de OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS E ENCARGOS FINANCEIROS DO MUNICÍPIO com encargos administrativos do Município, encargos Municipais com a Previdência, outros encargos municipais, obrigações contratuais e encargos financeiros da área federal e encargos patronais; pelo Meio Ambiente. O programa PETRÓPOLIS AMBIENTAL para a preservação, fiscalização, recuperação e conservação ambiental, licenciamento ambiental, bem estar animal e educação e conscientização ambiental; pelo IMCE – Cultura. O programa de CULTURA CONSTRUINDO PONTES para garantir a diversidade, garantir o patrimônio cultural de nossa cidade, promoção do festival de Corais e gestão do Sistema Municipal de Museus; na Área de Esportes, agita Petrópolis, atividades voltadas para estudantes, eventos esportivos, esporte e lazer para grupos especiais e idosos e estruturação de equipamentos esportivos; pela coordenadoria de



planejamento. O programa de GESTÃO PÚBLICA QUALIFICADA para proporcionar a qualificação da gestão pública, de modo a garantir melhores resultados para a sociedade. Os programas voltados para o urbanismo, qualificação de infraestrutura urbana, produção e revisão de planos de Planejamento Urbano, Requalificar a mobilidade e acessibilidade urbana, aperfeiçoando o sistema de transporte público, elaborar estudos e projetos de intervenção urbana. O programa de GESTÃO de INFORMAÇÃO, da DIVULGAÇÃO e dos DADOS TURÍSTICOS, realização de eventos turísticos, valorização e manutenção do patrimônio turístico. A estruturação em DEFESA CIVIL, REDUÇÃO DE DESASTRES, COORDENAÇÃO DE AÇÕES VOLUNTÁRIAS E PREVENÇÃO A DESASTRES. O programa PREVIDÊNCIA RESPONSÁVEL para proporcionar atendimento aos aposentados e pensionistas do RPPS de Petrópolis, bem como, gerir a previdência do Município de modo a garantir o equilíbrio previdenciário para as próximas gerações. Assim, concluiu o resumo da apresentação correspondente ao Plano Plurianual, das ações, dos programas e afirmou que a versão completa se encontra no site da Prefeitura na página principal para consulta com todos os indicadores e contextualização desse plano de forma completa. O Plano Plurianual constitui-se de Programas com Metas e Indicadores para quatro anos. A Lei de Diretrizes Orçamentárias explicitará as metas para cada ano e as regras básicas para a LOA. A LOA, por sua vez, estimará receitas e as despesas para finalidades públicas. Para o próximo ano, trabalha-se com a estimativa de uma receita de R\$ 1.013.248.700,00 (um bilhão, treze milhões, duzentos e quarenta e oito mil e setecentos reais). Composto esse valor está R\$ 548.000.000,00 (quinhentos e quarenta e oito milhões) de recursos do tesouro municipal e R\$ 464.000.000,00 (quatrocentos e sessenta e quatro milhões de reais) de demais recursos que possuem aplicação restrita, aplicação vinculada. Uma pequena divisão, já de início, desse R\$ 1.000.031.600,00 (um bilhão, trinta e um milhões e seiscentos mil reais) o Município repassa ao Poder Legislativo a título de duodécimo nos termos da Constituição. Os R\$ 121.940.000,00 (cento e vinte e um milhões novecentos e quarenta mil reais) são recursos vinculados destinados ao IMPAS para o custeio dos pensionistas e aposentados gastos com previdência. E para a Prefeitura de Petrópolis, R\$ 859.000.000,00 (oitocentos e cinquenta e nove milhões de reais) divididos nas diversas secretarias e fundos. Pelo Legislativo, apresentou-se um pequeno quadro demonstrativo: pessoal e encargos cerca de R\$ 20.000.000,00 (vinte e um milhões de reais), outras despesas cerca de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), e despesas de capital cerca de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais). Também apresentou as principais receitas: IPTU com R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), ISS com R\$ 105.000.000,00 (cento e cinco milhões de reais), o IRRF, ITBI, TAXAS, ICMS – onde houve uma grande melhora como já dito – o IPVA e a receita do FPM, que é o Fundo de Participação dos Municípios, que é um recurso que vem do Governo Federal a partir de um determinado regramento. Pelos recursos que possuem alguma limitação e aplicação vinculada, há os Royalties do Petróleo com vinte milhões, verificando uma melhora, a verba para Iluminação Pública, as transferências para a educação em R\$ 20.000.000,00 (vinte e seis milhões de reais), a Saúde na ordem de R\$ 133.000.000,00 (cento e trinta e três milhões de reais), os recursos do IMPAS, e as transferências do Estado para a Saúde e

Assistência Social caíram bastante somando R\$ 2.000.420,00 (dois milhões quatrocentos e vinte mil reais), ressaltou. Apresentou um outro demonstrativo por categoria econômica: do orçamento de R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais), há a despesa corrente com pessoal de R\$ 552.000.000,00 (quinhentos e cinquenta e dois milhões de reais), pagamentos de juros ou encargos da dívida em R\$ 5.700.000,00 (cinco milhões e setecentos reais) e a despesa com a máquina pública municipal com os diversos contratos e fornecedores em R\$ 416.000.000,00 (quatrocentos e dezesseis milhões de reais). As despesas com os investimentos, como obras públicas, por exemplo, na ordem de R\$ 18.000.000,00 (dezoito milhões de reais) e recursos para amortizar a dívida do Município na ordem de R\$ 17.500.000,00 (dezessete milhões e quinhentos mil reais). Em um pequeno quadro demonstrou cada secretaria e enfatizou uma modificação feita atualmente para este orçamento, que nos últimos anos toda a folha de pagamento, custeio de combustível e alugueis, por exemplo, foram concentradas na secretaria de administração, porém, a partir do ano que vem, será feito um trabalho para diluir isso em todas as secretarias, de modo que a Secretaria de Fazenda tenha exata noção de quanto que custa sua folha, a secretaria de Meio Ambiente tenha exata noção de quando o Município gasta em Meio Ambiente, em Assistência Social, em Obras, Turismo, com custeio de folha e contratos. Apresentou o Gabinete do prefeito com despesa de onze milhões, a procuradoria com R\$ 1.600.000,00 (um milhão e seiscentos reais), a Controladoria Geral do Município com R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), a Coordenadoria de Planejamento com cerca de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais), a Administração e Recursos humanos com R\$ 22.000.000,00 (vinte e dois milhões de reais), Secretaria de Fazenda com sessenta milhões, a Secretaria de Educação com R\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais), a secretaria de desenvolvimento econômico com R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), a Secretaria de Saúde com R\$ 329.000.000,00 (trezentos e vinte e nove milhões de reais), Secretaria de Obras com R\$ 19.000.000,00 (dezenove milhões de reais), Secretaria de Assistência Social com R\$ 17.000.000,00 (dezessete milhões de reais), IMCE com sete milhões, Secretaria de Serviços, Segurança e Ordem Pública com R\$ 115.000.000,00 (cento e quinze milhões de reais), Secretaria de defesa cível com R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), Meio ambiente com R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), TURISPETRO com R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), além disso se prevê uma reserva de contingência de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) e estima-se um gasto a parte com a COMDEP de R\$ 48.000.000,00 (quarenta e oito milhões de reais) e na CPTRANS com quinze milhões. Apresentou também um quadro obrigatório que trás um completo resumo do projeto disponibilizado no site. É um quadro com aplicação de recursos em saúde, onde há um gasto com recursos próprios na ordem de R\$ 118.000.000,00 (cento e dezoito milhões de reais), outros custeios com R\$ 69.000.000,00 (sessenta e nove milhões de reais), investimentos de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), o que dá um total de R\$ 190.530.000,00 (cento e noventa milhões, quinhentos e trinta mil reais) com recursos próprios em saúde. Isso corresponde a 33,36% de receita corrente líquida, o que é mais do que o dobro exigido pela Constituição, que pede apenas 15% dos gastos em saúde. Com a educação, o Município vai aplicar 26,22% de sua receita corrente líquida, sendo que o mínimo



Constitucional é 25,00%. Outro quadro apresentado, e que é bastante questionado, é o quadro com despesa de pessoal do Município, também com base na receita corrente líquida, havendo um gasto com pessoal ativo anualmente de R\$ 416.000.000,00 (quatrocentos e dezesseis milhões de reais), pessoal inativo de R\$ 116.000.000,00 (cento e dezesseis milhões de reais), havendo, então, uma despesa líquida com pessoal de R\$ 456.000.000,00 (quatrocentos e cinquenta e seis milhões de reais), e uma receita corrente líquida de R\$ 890.000.000,00 (oitocentos e noventa milhões de reais). Com isso, o total é de 51,20% da receita corrente líquida dentro do patamar exigido pela Lei de Responsabilidade Fiscal, que é 60%. Assim o Município está dentro do determinado por esta Lei. Terminou a sua exposição orientando a que no site encontra-se disponibilizado todo o material, assim como o e-mail do departamento: cpor@petropolis.rj.gov.br e colocou-se à disposição de todos para quaisquer esclarecimentos. Agradeceu a oportunidade e a presença. O senhor **Roberto Rizzo** enfatizou que todo o planejamento orçamentário foi discutido com as secretarias e apresentado nos conselhos municipais setoriais e aprovado nos conselhos municipais tendo seu controle e aprovação social. Foi apresentado no CONCIDADE. Concluindo que foi cumprida toda a formalidade exigida no Estatuto das Cidades e dando transparência a todas as ações do Governo, agradeceu ao Bruno, à equipe envolvida e também aos vereadores presentes, colocando-se à disposição para qualquer futura apresentação e esclarecimentos buscando trazer à transparência todo o trabalho do Executivo. O Vereador **Wanderley Taboada** estendeu a palavra à assistência e a quem dela quisesse usar. O Vereador **Jamil**, então, cumprimentou a todos os presentes e pediu esclarecimentos a respeito de como o Poder Executivo vem avançando nas questões dos convênios, não só em âmbito estadual como também no Federal, e como está a Prefeitura em relação ao endividamento. Afirmou que há grande dificuldade em captar dinheiro novo, pois se sabe que o dinheiro está concentrado em Brasília e sem essas perspectivas dos convênios, para o ano que vindouro, como está o diálogo com a capital? O Vereador **Jamil** observou que boa parte do orçamento de 2018 está atrelada a participação de vínculos. Logo, pede esclarecimentos sobre como está o diálogo com a esfera Federal. O senhor **Roberto Rizzo** respondeu dizendo que o cenário atual, como já exposto anteriormente, em relação a uma dívida de quase R\$ 700.000.000,00 (setecentos milhões de reais) do Município, junto ao cenário nacional e estadual, dificulta fazer grandes investimentos. O Município, para o ano corrente, tinha uma estimativa de aplicação e investimento na faixa de treze milhões e ela ficou muito comprometida graças ao elevado nível de endividamento aos valores arretados do ano passado. Isso dificulta trazer novos investimentos em parceria e recursos voluntários previstos na Constituição e previstos na Lei Complementar 101. Há a necessidade de ter a CND, a Certidão Negativa e da Comprovação do Cadastro Único de Convênios para trazer recursos novos e fazer as ações ansiadas pela sociedade. Frisou que no início do ano o Município captou um elevado número de recursos nesse período de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), quando em 2013 não passou de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais). O prefeito Bernardo Rossi tem um ótimo relacionamento com o Governo Estadual e Federal, e no âmbito nacional ele conseguiu valores de R\$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais) do Ministério do Esporte. Saindo do Cadastro



Único de Convênios, nós iremos conseguir esta contratação, pois era um impedimento. Outros valores estão sendo apresentados relacionados a encostas e à mobilidade urbana, que trarão novos recursos. Afirmou que o Município perdeu muitos recursos pela falta de organização dos últimos quatro anos. Há um banco de projetos estimados em mais de R\$ 70.000.000,00 (setenta milhões de reais), abrindo oportunidades de captar cerca de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais). O Vereador **Jamil Sabrá** retomou a palavra e comentou sobre a receita projetada, não só dos recursos próprios, mas os provenientes de parcerias. Assim, perguntou como está a política do Poder Executivo em relação às PPP's, Parceria Público Privados, no intuito de reduzir determinadas despesas do Orçamento Público Municipal, por exemplo, com a criação de um centro Administrativo que reduza as questões dos aluguéis, ou talvez uma modernização, como o Horto Mercado, trazendo o poder privado para tirar essa despesa da responsabilidade da Prefeitura. Como está a Comissão Estratégica para trazer o Poder Privado à parceria reduzindo os custos da máquina pública? O senhor **Roberto Rizzo** respondeu que a questão da PPP exige um fundo garantidor, havendo uma previsibilidade. Afirmou, no entanto, que o mais importante é estabelecer oportunidades em que se alavanquem recursos. Assim, poder-se-á até fazer certas concessões para sair de certos custos. Vem-se trabalhando nisso, montando estudos de viabilidade econômica para estabelecer um patamar em que se possa precificar essa questão. Sobre o Horto se está trabalhando em um projeto de desenvolvimento econômico, assim como em outros âmbitos. Serão propostas a serem apresentadas mais no decorrer do próximo ano, afirmou, pois este é o momento de acertar a situação e preparar, pois fazer concessões em um momento difícil há um grande prejuízo para o Município. O Vereador **Paulo Igor** solicitou a palavra, cumprimentou a todos, agradeceu ao Roberto Rizzo e ao Bruno Afonso a apresentação e fez a colocação a respeito do poder de investimento do Município, que é o que a população espera do Governo, de poder promover políticas públicas e melhorias que beneficiem diretamente à população. Afirmou que tem acompanhado algumas reuniões do Governo municipal e ao ver a apresentação de alguns números, chama-lhe a atenção e muito o preocupa a situação orçamentária do Município de Petrópolis. Há um alto percentual de comprometimento com despesa de pessoal que não é de cargo comissionado na sua grande maioria. Petrópolis tem uma máquina muito "inchada", tem-se cerca de doze mil pessoas inativas, enquanto o número de cargos comissionados deve girar em torno de 400 ou 500 cargos hoje. Não fazendo referência à Lei de Responsabilidade Fiscal, se tem ainda algumas outras despesas que também poderiam ser consideradas despesas com pessoal, por mais que sejam terceirizadas e não incidam nesse índice. Colocou a questão da saúde por meio das UPA's, onde boa parte de sua despesa é com pessoal através de uma pessoa jurídica. Também o próprio Hospital Alcides Carneiro com despesas de vários itens, mas sem dúvida, dentro de um hospital, um grande índice de despesa é com pessoal: médicos, enfermeiros, apoio administrativo. Considerou, então, que nosso Município arrecada para pagar uma máquina inchada e infelizmente uma máquina ineficiente. Todo este investimento não representa qualidade de vida para o petropolitano. Concluiu, que se não for tomada uma medida de mudar esse rumo, Petrópolis estará, brevemente, totalmente inviabilizado, correndo o risco de sofrer consequências, como hoje o Estado do Rio de Janeiro



enfrenta, ou seja, o parcelamento da folha de pagamento. Vê-se no IMPAS o quanto os números evoluíram de forma exponencial nos últimos dez anos. As medidas deverão ser tomadas, até mesmo as que são impopulares, mas necessárias, não só para salvar o Município, em curto prazo, mas principalmente a médio e longo prazo. Se não houver a coragem de tomar as medidas nesse momento, o Município se inviabilizará e não oferecerá aos seus cidadãos nem mesmo os serviços básicos. Observa que há um percentual pequeno de investimento no Município: com a educação, a saúde e a folha de pagamento, não sobrou nada para se investir, como na pavimentação e reforma de escolas, onde quase todas precisam, e são canais diretos da população. Após esta explanação, pediu ao senhor Roberto Rizzo que comente como o Município observa essas dificuldades sobre esse baixo índice de poder de investimento e o que seria necessário para mudar o rumo dessa situação. O senhor **Roberto Rizzo** iniciou a sua fala afirmando a real preocupação com o exposto, e enfatizou o difícil momento em que se encontra o Município e é o pior dos últimos vinte anos em que ele mesmo está trabalhando na administração municipal. Apresentou que há uma expectativa de investimento de R\$ 18.000.000,00 (dezoito milhões de reais), quando a quatro anos atrás, em 2013, a previsão do orçamento era uma despesa de capital de R\$ 55.000.000,00 (cinquenta e cinco milhões de reais). O que antes havia 7,7% de investimento sobre a receita estimada, hoje caiu para menos de 1,8%. Diminui cerca de 77% de capacidade de investimento com recursos próprios. A situação disso tudo não é apenas a elevada dívida, mas – ressaltou – o que levou a essa elevada dívida. A dívida é uma consequência. Há uma má administração e uma falta de gerência de despesas. A despesa de custeio que compreende a despesa de pessoal e encargos, mas também aqueles destinados aos serviços que atendem à população, como as UPAs, donde houve uma redução de despesa. Hoje não há como administrar uma máquina com o custeio que temos sem tomar as medidas necessárias. A população precisa ter a resposta do dinheiro investido, e este dinheiro investido precisa ser bem gasto. Para tal, explicou, há uma análise na despesa e medidas sérias serão tomadas para retomar a capacidade do Município de investimento e administração das suas despesas, que hoje se encontram incontroláveis. São incontroláveis hoje devido a uma série de atitudes tomadas nos governos anteriores que depreciaram a capacidade de arrecadação do Município, tomando atitudes comprometedoras nos gastos. O Vereador **Paulo Igor** retomou a palavra e afirmou que o IMPAS é uma situação que preocupa e afeta diretamente os munícipes, pois, quando não se sustenta, o bolso que mexe é o da prefeitura e por isso afeta a todos. Em 2007, o aporte que a Prefeitura precisava fazer no IMPAS era de cerca de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). Passados dez anos, a prefeitura aporta R\$ 1.000.000,00 (um milhão e novecentos mil reais). É um número crescente e sem tendência a se estabilizar. O Vereador **Wanderley Taboada** tomou a palavra e afirmou que anda preocupado com toda essa situação, pois vê os números e as necessidades. Observa a quantidade de pessoas esperando para se aposentarem neste ano. Assim, perguntou se a Prefeitura tem cumprido religiosamente com a parte do empregado, se os depósitos dela têm sido feitos constantemente? O senhor **Roberto Rizzo** lhe respondeu que sim, religiosamente em dia! Não só a contribuição do servidor, mas a patronal além dos parcelamentos de pagamentos não realizados em governos anteriores. O Vereador

Wanderley Taboada concluiu que mesmo assim é insuficiente e podemos esperar por momentos mais difíceis, especialmente os que se aposentarão em breve na área da educação. Após, falou que está acompanhando a reforma da previdência, e disse que ela mudou totalmente. Há uma falência por falta de administração. Um assistencialismo que também causou a situação atual. Perguntou se não há algo em curto prazo para tentar solucionar a situação do Município que não possui arrecadação satisfatória. O senhor **Roberto Rizzo** disse que o governo está acompanhando a nova situação e a situação dos aposentados e está procurando soluções a médio e longo prazo. Não há solução fácil. É preciso analisar as propostas e colocar em prática o que for melhor para a população. O prefeito está atento, pois quanto mais houver demora para se tomar uma atitude, pior ficará. No momento pagamos o preço de uma má administração do governo anterior, concluiu. O Vereador **Jamil Sabrá** solicitou a palavra e expôs que dois temas estão sendo pertinentes e solicitou do Poder Executivo e do secretário Roberto Rizzo, primeiro em relação ao IMPAS, pois fazendo parte da Comissão de finanças e Orçamento e se vê o impacto que vem criando dentro do custeio da Prefeitura. Dever-se-ia levantar, não em valores absolutos de servidores inativos, mas em valores monetários, o custo que o IMPAS tem hoje. Na última década, a idade média do servidor público de Petrópolis e, principalmente, o custo/ano que se tem dos servidores aptos a se aposentar, mas não se aposentaram, e quando se aposentar será preciso repor este servidor. É interessante, para fins de divulgação do Poder Executivo, ter esses dados, com relação ao IMPAS e uma projeção se todos os servidores que estão aptos a se aposentar, o quanto que se gastará monetariamente para fazer a reposição dos mesmos em todas as áreas: saúde, educação etc. Outra sugestão é a respeito do aumento do endividamento do nosso Município. No primeiro semestre se apresentou uma dívida na faixa dos R\$ 700.000.000,00 (setecentos milhões de reais). O Vereador **Jamil Sabrá** pediu uma análise da linha do tempo do aumento desse endividamento. Por exemplo, desde a década de noventa até a década de 2017, ou se desde as outras gestões anteriores houve a preocupação em fazer a análise do aumento do endividamento, para que se saiba em quais períodos que houve o crescimento da dívida de Petrópolis, para que a população tenha a real situação de quem são os culpados de terem deixado os cidadãos com uma administração que praticamente tem uma receita projetada num valor de uma despesa de dívida de R\$ 700.000.000,00 (setecentos milhões de reais) com uma receita de R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais). Assim, o Vereador **Jamil** enfatizou que em breve pode-se chegar a um ruim empate. Por isso, solicita ao senhor Roberto Rizzo, sendo possível, em até quinze ou trinta dias, estarem disponibilizando a comissão esses dados do IMPAS e do endividamento e isso seria muito oportuno para os vereadores passarem aos cidadãos a presente realidade. O senhor **Roberto Rizzo** respondeu que acata sim a solicitação feita pelo Vereador Jamil Sabrá, pedindo apenas o prazo para fazer o levantamento pedido. O Vereador **Wanderley Taboada**, tomando a palavra, concluiu dizendo que assim, na certeza de que esta casa busca sempre o interesse do cidadão petropolitano, o encontro de hoje foi, sem dúvida, um espaço onde pudemos ouvir e nos informar melhor para efetivamente os representar. Acrescentou a sua preocupação diante da situação apresentada, pois não esperava que estivesse tão ruim. Afirmou que sempre recebe muitas reclamações, mas tem certeza que os passos



estão sendo dados visando a melhoria do cidadão petropolitano. Dessa forma, às dezessete horas e dez minutos, agradeceu a todos pela presença e encerrou a presente audiência.



Wanderley Taboada
Vereador



Jamil Sabrá Neto
Vereador

